



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO DIA TRINTA
DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ.

Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Considerando a ausência do Segundo Secretário, Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves, foi designado, para o preenchimento daquela vaga em aberto na Mesa, a Sra. Dra. Sónia Sofia Correia Martins.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. José António Madeira Dias, a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, o Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves, a Sra. Eng^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro – que solicitou a suspensão do mandato por um período de trinta e cinco dias –, o Sr. Dr. Fernando José Ferreira Alves, o Sr. Eng^o Carlos Augusto Inácio da Fonseca – que solicitou a suspensão do mandato por um período de dez dias –, o Sr. Aristides Gonçalves da Costa e o Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que solicitaram a sua substituição, tendo sido convocados os Srs. António Francisco Martins Pais, Dra. Andreia Sofia Ribeiro Lopes Vaz Patto, Dr. Nuno Miguel Oliveira Marques Figueiredo, Arqta. Élia Sofia Duarte Feiteira, António Moreira Lopes, Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, António da Silva Antunes e D. Alice Maria da Silva Pereira Lameiras, respectivamente. O Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves também esteve ausente, tendo solicitado a justificação da sua falta, o que lhe foi deferido.

Também se encontravam ausentes o Sr. João José Pereira Esteves e o Sr. Licínio Manuel Silveira das Neves, que não justificaram as suas faltas, pelo que lhe foram consideradas injustificadas.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2010 que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanhou a proposta de Orçamento.

III – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2009.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

IV – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2009.

V – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para o Regulamento Geral de Taxas Municipais, Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Tabela de Taxas do Município de Oliveira do Hospital.

Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a acta da sessão ordinária de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e dez, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções.

Depois, o Sr. António Lopes tomou a palavra para fazer a seguinte proposta:

“Foi hoje a sepultar o Sr. Dr. José Vitorino Pina Martins. Penso que toda a gente no concelho o conhece. De qualquer forma, tive o cuidado de tirar uma biografia da internet, que distribuí aos líderes parlamentares, com o objectivo de aprovarmos um voto de pesar e fazermos uma recomendação à Câmara para que, logo que possível, fosse também contemplada a possibilidade de perpetuar a memória deste nosso concidadão e nosso munícipe com o nome dele numa rua. Penso que é dos vultos maiores do concelho, pelo menos dos últimos tempos. Eu colocava esta questão à vossa apreciação.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“No momento em que tivemos conhecimento da morte do insigne cientista português, José Vitorino de Pina Martins, natural de Penalva de Alva, deste concelho de Oliveira do Hospital, logo – os eleitos do PSD – nos propusemos apresentar um pedido a esta Assembleia Municipal no sentido de aprovação de um Voto de Pesar, a apresentar à sua Família, e prestarmos aqui uma homenagem à sua memória, respeitando um minuto de silêncio.

Será o nosso reconhecimento pelo valor cultural que este nosso conceterrâneo representa para o concelho de Oliveira do Hospital e que foi reconhecido a nível nacional e internacional.

O seu trabalho de estudo e investigação proporcionaram a publicação de inúmeras obras de valor científico e cultural imenso.

É conhecido como sendo um dos maiores conhecedores do Humanismo Renascentista.

Foi professor em várias Universidades da Europa, como a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, ainda, nas Universidades de Sorbone, Paris e Roma.

Recebeu, como reconhecimento internacional da sua obra e cultura, os seguintes prémios:

A Medalha de Mérito Cultural de Ouro, atribuída pelo Governo Italiano;

Recebeu o Prémio Pedro Hispano, atribuído pela primeira vez pela Academia Pedro Hispano.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este Prémio foi justificado pela Academia como sendo o reconhecimento pelo “*alto espírito Humanista,..., a qualidade do seu trabalho de investigação, o seu contributo para alargar os horizontes da cultura portuguesa e abri-la a perspectivas de colaboração internacional para maior integração na cultura comum e a sua dedicação ao serviço do colectivo.*”

Estes valores assinalados de integração na cultura comum e uma dedicação ao serviço do colectivo devem ser destacados pois procurou enriquecer o património histórico e cultural do nosso concelho doando milhares de livros que representam obras de valor científico relevante.

Penalva de Alva e todo o concelho de Oliveira do Hospital devem orgulhar-se de ter entre os seus filhos e amigos uma personalidade tão destacada na comunidade científica e cultural.

É este exemplo de amor à cultura que todos os Oliveirenses, especialmente os nossos alunos, devem seguir para que o nosso património cultural esteja continuamente em progresso.

São estes os principais motivos que me levam a solicitar a aprovação de um Voto de Pesar e um minuto de silêncio em sua homenagem.”

Em seguida, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento que a Câmara Municipal fez-se representar, através da Sra. Vereadora Graça Silva, no funeral do Sr. Prof. Doutor Pina Martins, que se realizou nesta data, em Lisboa, tendo sido acompanhada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Penalva de Alva, Sr. Rui Coelho.

Depois, foi colocada à votação a proposta de voto de pesar, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, seguindo-se um minuto de silêncio.

Seguidamente, o Sr. Rui Abrantes pediu a palavra para dar conhecimento que, na cidade de Oliveira do Hospital, já existe uma rua com o nome do Sr. Prof. Doutor Pina Martins, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradecido a informação.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio, de seguida, para fazer a seguinte proposta:

“Como sabemos, a Associação Desportiva Nogueirense subiu à 3ª Divisão. A Câmara Municipal, recebendo a equipa neste Salão Nobre, já teve oportunidade de lhe prestar a devida homenagem e, na última reunião, aprovou um voto de congratulação.

No entanto, queria propor a aprovação do voto de congratulação e louvor que passo a citar:

“*Considerando a brilhante carreira da Associação Desportiva Nogueirense no presente Campeonato Distrital de Futebol da Divisão de Honra, considerando que, a três jornadas do término do Campeonato, assegura já a subida à 3ª Divisão Nacional, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, na sua sessão de 30 de Abril de 2010, congratula-se com a prestação e o êxito desportivos alcançados no Campeonato Distrital de Futebol do Distrito de Coimbra e com a subida à 3ª Divisão Nacional, da Associação Desportiva Nogueirense, pelo que proponho um voto de congratulação e louvor a esta*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prestigiada Associação Desportiva.”

Naturalmente que cabe aqui, também, uma palavra a todas as equipas e associações do concelho, que agora terminam as suas provas, e também o facto de algumas não terem alcançado os objectivos que pretendiam. Penso que, por causa disso, não devemos deixar de estar solidários e que não devemos deixar de nos congratular com a prestação das demais equipas do concelho.

Mas, naturalmente, tendo esta conseguido este feito, teremos que a distinguir mas sem nos esquecermos também da prestação de todas as outras.”

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta de um voto de congratulação e louvor à Associação Desportiva Nogueirense, tendo sido aprovado por unanimidade.

Entrando-se no período de Antes da Ordem do Dia, tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

“O primeiro assunto que aqui trago, há muito que venho a debatê-lo e a salvaguardá-lo com as demais pessoas envolvidas e instituições que também têm a responsabilidade de intervir sobre este assunto, o que quer dizer que o mesmo já está devidamente identificado pelo próprio Município e pelos gabinetes que lhe estão aderentes. Mas nunca é demais salvaguardar esta situação, porque cada vez mais me preocupa e eu próprio tenho visto a realidade do mesmo. O problema que eu trago aqui tem a ver com a toxicod dependência, um problema que se está a alastrar, a grandes níveis e também nas diversas faixas etárias, ou seja, cada vez mais cedo os jovens estão a consumir droga e a consumir álcool. Posso dizer-vos que há jovens com doze e treze anos que consomem droga e álcool, muitas vezes em exagero. Aliás, um complementa-se ao outro, na maior parte das vezes.

E, como tenho sido um defensor de se fazer algo mais prático e activo e que tenha uma maior visibilidade, para ver se conseguimos minorizar esta situação, não quis deixar de trazer cá este problema. Isto porque chegou-se a um ponto em que até o respeito pelo próximo e pela comunidade em que estamos inseridos está a ser posto em causa. Isto porque hoje, a qualquer hora do dia, passamos em determinadas artérias da cidade e vemos jovens a consumir droga, de uma forma fácil. Passamos por eles e é como se não fosse nada, o que me está a deixar cada vez mais preocupado porque eles já não criam limites para o acto que estão a desempenhar. Assim, venho aqui pedir a quem é devido e a quem é competente para tal, para ver se as autoridades policiais começavam a ter um papel mais activo e interventivo em relação a este assunto durante as horas do dia. Durante a noite, eles escondem-se mas, durante o dia, estão demasiadamente visíveis para que possamos ficar alheios a este assunto. E, se for preciso, eu identifico determinadas artérias cá em Oliveira. E deixo um alerta: não pensem que isto não vos pode bater à vossa porta porque aqui não estão em causa classes sociais. Muita gente pensa que são só os jovens com problemas que estão afectos a esta situação. Mas não, digo-vos que não.

Eu gostaria que toda a gente ficasse atenta a este assunto porque – acreditem – isto está a tomar proporções demasiadamente graves. Está dentro do meio escolar, está cá fora, está dentro dos autocarros que fazem o caminho de ida e de volta para as escolas e, pelos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vistos, parece não ter fim. E mais: até jovens do sexo feminino são consumidoras de droga. Daí que eu queria pedir a possibilidade das autoridades policiais começarem a ter um papel mais interventivo durante o dia. Pedia a vossa sensibilidade para este assunto.

O outro assunto que trago também tem a ver com as autoridades policiais. Nestes últimos tempos, a mim e aos restantes membros do Executivo, chegaram um conjunto de reclamações viradas para o mesmo assunto, principalmente da parte dos comerciantes da área da restauração, e que têm a ver com o facto de haver um excesso de “operações STOP” e que, por incrível que pareça, todos os dias e em todas as artérias de entrada e saída de Oliveira. Isto tem prejudicado a vinda de pessoas externas a Oliveira do Hospital aos nossos restaurantes, aos nossos bares e a outro tipo de estabelecimentos que estejam abertos ao público. Esta mensagem chegou-me a mim e a outros membros do Executivo através de quatro ou cinco comerciantes. Pelo menos, queria passar essa mensagem no sentido de saber o que é que se passa. Aliás, chegaram ao ponto de me dizer que, por exemplo, em Arganil, as pessoas já nem saem de lá porque sabem que a polícia de Arganil está aqui em Oliveira. Assim, deixam de vir para aqui porque lá estão à vontade e cá não. Fazerem isto de segunda-feira a Domingo e em todas as saídas de Oliveira do Hospital... Eu não gosto da expressão da “caça à multa” mas, ouvindo as lamentações das pessoas, deixo aqui essa questão em aberto.”

Terminada esta intervenção, tomou a palavra o Sr. Eng^o Rafael Sousa Costa:

“Antes de mais, em nome do Grupo Oliveira do Hospital Sempre, queria também subscrever o voto de pesar que aqui foi lido pelo PSD.

Trago aqui três pontos que gostaria de abordar.

O primeiro tem a ver com uma questão que ficou pendente da última Assembleia Municipal relativamente à Dra. Luísa Vales. Foi focado pelo Sr. Esteves que o Executivo deveria fornecer uma situação financeira mais detalhada, como era feita pelo anterior Executivo. Foi dito na altura, pela minha colega Dra. Luísa Vales, que tínhamos uma posição posterior, uma vez que não conhecíamos como era feito o esclarecimento dessa situação no anterior mandato. Subscrevemos inteiramente as palavras do Sr. Esteves e é desejável, de facto, que essa informação seja disponibilizada por parte do Executivo de uma forma mais detalhada, de modo a que todos os membros da Assembleia possam exercer a sua função – uma delas, que é fiscalização do Executivo – de uma forma mais eficiente e clara.

Relativamente ao fornecimento de informação para os membros da Assembleia, vínhamos aqui também sugerir e ao mesmo tempo saber, a possibilidade de, tanto as actas da Assembleia realizadas como a informação das diversas actividades e posições de interesse para os membros da Assembleia Municipal, serem facultadas antecipadamente. Por exemplo: aos líderes de cada Grupo deveria ser enviado um e-mail com essa informação e não apenas cerca de duas semanas antes da realização de cada Assembleia. Pensamos que, de facto, é uma maneira dos respectivos membros da Assembleia Municipal terem esses documentos mais cedo e, conseqüentemente, poderem analisar os mesmos de uma forma atempada e de vir para as Assembleias mais bem preparados.

Dito isto e não me querendo alongar muito mais, venho também chamar a atenção para uma situação da Praça dos Combatentes e que tem a ver com a degradação a que chegou



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o pavimento. Pensamos que é uma situação de facto lamentável aquela a que se chegou. Só para terem uma ideia e a título de exemplo: no passado Domingo estive cerca de meia hora naquela esplanada e, nesse pequeno espaço de tempo, assistimos a duas eminentes quedas de pessoas que não partiram ou torceram um pé porque não calhou. Portanto, pensamos que é um assunto de carácter de urgência para com os munícipes. Requer, de facto, uma especial atenção por parte do Executivo. Não é uma situação nova. O Sr. Presidente já a deve conhecer mas, até agora, nada foi feito. Não sei se já foram tomadas as providências necessárias para que o empreiteiro seja responsabilizado para com isso pois existem meios para o fazer. De facto, é uma vergonha e um mau "cartão de visita" para a cidade este estado de degradação a que se chegou. Além de mais, é um perigo para a segurança pública. Enquanto essas providências não forem efectuadas com o empreiteiro e enquanto ele não fizer a substituição desse mesmo pavimento, gostaríamos que fosse, pelo menos, encontrada uma solução alternativa e provisória, enquanto esta situação se mantiver."

Seguidamente, a Sra. D. Alice Lameiras solicitou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"Estou aqui, hoje, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira.

Venho colocar ao Sr. Presidente da Câmara e demais Executivo Municipal o seguinte:

1 – Finalmente chegou às torneiras a água da Serra. Felizmente ainda não começaram a chegar às Pessoas os respectivos recibos de pagamento com más notícias incorporadas...ou seja, com aumentos do preço da água.

Ora, em Vila Franca da Beira, há um furo artesiano municipal, para abastecimento público, cuja abertura fez com que secassem vários poços privados a jusante e até uma fonte pública.

Parece-nos lógico e justo que, com a vinda da água da Serra – que se supõe seja suficiente – esse furo artesiano seja fechado e reservado apenas para alguma emergência com o abastecimento da água pública. E justo nos parece ser sobretudo porque o fecho do furo artesiano levará a que os poços privados e a fonte pública assim possam recuperar os seus caudais.

Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara me respondesse se o furo artesiano já está ou vai ser fechado?

Já agora, assinalar que, devido à modificação introduzida recentemente no sistema, aumentou a pressão da água na rede pública, o que nos apraz registar.

2 – O reforço das medidas de segurança rodoviária na Estrada Velha e na Estrada Nova (EN 231-2) são matéria que já foi colocada à Câmara Municipal e por mais que uma vez.

Com implantes a colocar no pavimento de ambas as estradas, embora de tipo diferente, que tendam para fazer reduzir a velocidade de circulação e para mobilizar a atenção dos condutores. Estes aspectos também já foram colocados à Câmara.

De alguma forma, também contribuirão para o reforço das condições de segurança, a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instalação de luz pública na EN 231-2 até à rotunda (do lado Ervedal) e um pouco depois desta, e também a instalação de mais iluminação pública na Estrada Velha.

Sr. Presidente da Câmara: Aqui se renova o apelo.

3 – Alerta-se ainda para a degradação em que se encontram alguns caminhos agro-florestais, necessitando urgentemente de arranjos recorrendo a uma planificação adequada.

4 – Como se prevê, neste ano de dois mil e dez, manter-se-á o Programa “Férias Ocupadas”.

Entretanto, pelo menos em Vila Franca e Aldeia Formosa, os Encarregados de Educação das Crianças do Ensino Básico estão já a colocar a necessidade de se organizar – com as Autarquias – um programa de ocupação dos tempos livres das Crianças dessa faixa etária (Primeiro Ciclo), pelo menos durante os meses de Julho e Agosto.

Sendo assim, aqui fica desde já a nota e o apelo para que a Câmara Municipal aceite organizar um programa com essa finalidade, em colaboração com as Juntas de Freguesia de Vila Franca e Seixo da Beira, e com os Encarregados de Educação interessados.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Lagares da Beira, Sr. Raúl Dinis:

“Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Executivo da Câmara Municipal e a Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril pelo êxito que tiveram estas comemorações, pela sua organização, pelo movimento que trouxe à cidade de Oliveira do Hospital. Viveu-se, realmente, um fim-de-semana com mais movimento e isso é sempre bom de registar. Acho que a democracia foi dignificada e isso é sempre muito importante.

Queria também saudar a Câmara por uma iniciativa que teve relativamente aos subsídios que vão ser atribuídos às juntas de freguesia, os subsídios anuais. Eu penso que é uma melhoria substancial e isso deixa, desde logo, mais possibilidade às juntas de freguesia para poderem fazer pequenas obras que antes estariam condicionadas, de alguma forma, pela escassez de recursos financeiros. Portanto, deste modo dá alguma margem para se poder fazer mais qualquer coisa.

Há uma iniciativa de sensibilização para se indicarem as lixeiras a céu aberto, para poderem ser eliminadas. Isto foi uma situação criada já há muitos anos. Aqui há uns três ou quatro anos houve uma iniciativa deste género. Limpam-se muitas lixeiras e eu penso que deve ser uma acção de continuidade. Eu deixava aqui alguma recomendação para que haja uma fiscalização mais apertada, com as consequentes coimas que estão previstas na lei. Mas penso que não é demais que a Câmara mande exercer uma fiscalização mais rigorosa porque há abusos. Realmente, lixeiras a céu aberto não dignificam o concelho e penso que se devem tomar medidas muito rígidas em relação a isto.

Relativamente à Freguesia de Lagares da Beira, há uma obra que foi iniciada há quase um ano – penso que em Julho – e que são os esgotos na Rua 21 de Junho. É uma obra que se arrasta quase há um ano. Aquilo tem um quilómetro e pouco. Os moradores daquela zona estão saturados, com o pó, com os buracos e com a lama. E eu não sei se há justificação para a demora desta obra. Eu gostava que o Sr. Presidente da Câmara nos dissesse alguma coisa sobre isto, que medidas é que pensa tomar para que a obra realmente tenha um fim porque



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquilo é uma vergonha. Eu digo que é uma vergonha o tempo que esta obra se arrasta.

Tenho também outra situação, que é a estrada que vai de Lagares à Ribeirinha, portanto, à antiga estrada nacional duzentos e trinta. Esta estrada está cheia de buracos. É uma estrada que precisa de ser repavimentada. Justifica-se a repavimentação e a melhoria daquela via por duas razões. A primeira tem a ver com o facto de ser por lá que passam os transportes escolares. É por lá que vem uma grande parte das pessoas que têm acesso à parte norte de Lagares, do lado do Ervedal. No tempo do gelo, a variante de Lagares é perigosa porque cria grandes blocos de gelo e provoca acidentes. É realmente de primeira necessidade que haja uma situação alternativa. E penso que esta estrada Lagares / Ribeirinha é a alternativa ideal e necessita mesmo de ser intervencionada. Portanto, deixo aqui à Câmara Municipal uma atenção especial para esta situação.

Queria também... não vou cansar-me de dizer isto. Penso que esta Assembleia sabe qual é a minha posição sobre a Acibeira. Podem pôr lá aquilo que entenderem, aquilo que as pessoas acharem por bem... Penso é que deve ser dada uma solução porque estão ali infra-estruturas que não estão a ser utilizadas. E eu pedia também aqui a especial atenção do Executivo para a resolução daquele espaço. Porque deteriora-se. A Junta de Freguesia – acho que não é ilegal – manda limpar aquele espaço e gasta sempre ali um horror de dinheiro todos os anos. Portanto, nós não podemos manter esta situação. Para além disso, são infra-estruturas que estão ali e que precisam de ser aproveitadas. Acho que terão, concerteza, uma utilidade que não é aquela que tem agora.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Luciano Figueiredo:

“Peço desculpa porque estou um pouco emocionado porque deixei esta “casa” há vinte anos e não pensava voltar novamente a ela. Encontro cá algumas caras que já cá deixei mas a maior parte são caras novas. Saúdo tanto os novos como os mais velhos.

Eu aceitei este desafio de participar nas listas do Partido Socialista porque acreditei no desafio, porque acredito que Oliveira do Hospital tem futuro. Por isso, faço um voto ao Sr. Presidente da Câmara e a todos os eleitos das várias listas para que todos se unam no sentido de voltarmos a ter e colocar a nossa cidade no lugar que lhe pertence. Só assim voltaremos a ter futuro efectivamente nela, para que os nossos desempregados pudessem voltar a ter os seus postos de trabalho porque, infelizmente, hoje assistimos, numa grande parte das ruas da nossa cidade, a pessoas que estão no desemprego a frequentar determinados cursos. E eu tenho uma preocupação. E sinto-a. É que, quando esses cursos acabarem, o que é que vai ser o futuro dessas pessoas? Daqui o meu apelo ao Sr. Presidente da Câmara e a todos os eleitos para que seja feito um esforço no sentido de todos nos unirmos.

Uma pequena nota, só para acrescentar ao problema que o Nuno Oliveira aqui pôs sobre o flagelo da droga: há um caso aqui na nossa cidade, a que eu praticamente assisto todos os dias. Há uma moça, que eu não sei o nome, conheço-a daqui há relativamente pouco tempo. Normalmente, senta-se aqui nos bancos à volta da Câmara ou nas escadas de acesso ao Pão Quente. Vejo que é uma rapariga que deve estar a atravessar períodos realmente difíceis. Não sei quais são eles mas vejo que se alimenta precariamente, até com algumas coisas que na loja do Pão Quente lhe fornecem. Eu deixava este apelo à Câmara para que, com ajudas sociais, fazerem alguma coisa nesse sentido.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Queria dar os parabéns à nossa Câmara Municipal e a todos aqueles que, nos passados dias vinte e três, vinte e quatro e vinte e cinco, colaboraram nas várias iniciativas das comemorações do vinte e cinco de Abril. Passados trinta e seis anos, foi a primeira vez que o nosso Município comemorou o vinte e cinco de Abril com a dignidade que o dia merece. Alguns dos que aqui estão nesta sala interrogar-se-ão quem sou eu para falar do vinte e cinco de Abril. A esses lembro que nasci em mil novecentos e quarenta e nove e, com dezasseis anos, comecei a dar os primeiros passos na política, acompanhando o saudoso António Mendonça – ao qual presto aqui a minha homenagem –, em várias reuniões – que eram feitas na clandestinidade – e em alguns jantares. Quando saíamos para a rua, eram mais polícias do regime à nossa espera do que aqueles que saíam dessas reuniões ou desses jantares. Fiz o serviço militar de mil novecentos e setenta a mil novecentos e setenta e três, em Leiria. E foi lá que senti o que era enfrentar o regime pois a minha ficha militar tinha várias anotações e uma delas era que não podia frequentar todas as especialidades. Uma delas era transmissões. Mas, para ser justo, devo ainda realçar e enaltecer que estas comemorações tiveram o mérito de receber o contributo desta Assembleia Municipal, através da comissão política aqui constituída com os membros de todas as forças políticas. Ressalvo esta parte, que foi realmente importante. Que estas comemorações tiveram o mérito de, para além de comemorar o vinte e cinco de Abril com dignidade, darem animação à nossa cidade, trazerem os cidadãos para a praça pública e darem vida à cidade. Sim, com estes eventos, a nossa cidade, o nosso concelho, ganham vida nova e projectam-se na região. Como cidadão, digo: a festa foi digna e animada. O vinte e cinco de Abril voltou à rua. O vinte e cinco de Abril voltou a Oliveira do Hospital. Viva o vinte e cinco de Abril.

É com bastante satisfação que me vou apercebendo que a cidade se encontra mais limpa. Quem não se lembra da zona que vai da Rotunda do Cavaleiro à do Pastor? Sempre que chovia, a Rotunda do Hospital quase que ficava intransitável e as pessoas que se arriscavam a circular nos seus passeios “apanhavam” autênticos banhos. Hoje, apesar de termos tido grandes intempéries, reparamos que isso deixou de acontecer e que as águas escoam normalmente pelos seus cursos.

Na cidade e freguesia, os contentores e os ecopontos foram objecto de algumas alterações para melhor pois, com a sua fixação, evita-se que sejam arrastados para a via de circulação. Chamo a atenção que ainda há alguns que se encontram na estrada de Oliveira do Hospital para Lagares, mais ou menos na zona onde mora o Eng^o António Campos. Há alguns contentores que estão soltos e que estão em plena faixa de asfalto. Era conveniente terem alguma atenção para com isso porque, por vezes, com intenção ou sem intenção, são deslocados para a via. Pena é que alguns munícipes ainda não entendam para que servem e continuem a deitar o lixo no chão. Alguns comerciantes da nossa cidade são o exemplo do que acabei de dizer pois é normal vermos essas pessoas chegarem junto dos contentores, trazerem várias caixas de cartão e deixarem-nas abandonadas junto aos contentores. Penso que existe um regulamento na Câmara – se a memória não me trai – do tempo do falecido e saudoso César de Oliveira. Penso que este regulamento existe. Se não existe, devia ser criado um regulamento nesse sentido e distribuído aos mesmos para que as pessoas tenham a noção do mal-estar que causam a todos.

Espero, e faço disso um pedido ao Sr. Presidente da Câmara e Presidentes das Juntas,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que as nossas freguesias possam ter e sentir aquilo que eu sinto aqui na nossa cidade.”

Depois, o Sr. Engº José Vasco pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Como sabem, está a decorrer a consulta pública do estudo de impacto ambiental do IC 6, do IC 7 e do IC 37, relativamente ao atravessamento do nosso concelho. Nós gostávamos de vir aqui dar a nossa opinião, embora ela também seja formalizada nesta consulta pública.

Relativamente à passagem na zona da Bobadela, achamos que a melhor solução é a Interligação 1, em alternativa à Solução 1, que passa a norte de Negrelos, porque se afasta mais da Bobadela e tem menos impacto num pólo essencial de desenvolvimento turístico para o concelho e para a região.

Relativamente ao atravessamento dos vales do Alva e do Alvôco, achamos também que a melhor solução é a Solução 1, também porque se afasta mais da zona do possível empreendimento do Vale dos Sonhos e porque se afasta mais do Parque de Campismo de São Gião. Não tem tanto impacto sobre a aldeia de São Gião porque passa por trás da mesma. E, no atravessamento do Alvôco, afasta-se do Parente e de toda aquela zona, onde também há vários projectos de turismo rural. E há a possibilidade do Parente vir a integrar a Rede de Aldeias do Xisto do PROVERE. Por outro lado, estas soluções também são aquelas que, segundo o estudo do impacto ambiental, têm menos impacto paisagístico, ambiental, na rede hidrológica e que também têm menos impacto social porque são aquelas que menos casas afectam.

Fica aqui vincada a nossa posição relativamente à passagem dos IC’s no nosso concelho e que esperemos que possam ir avante.

Gostava também de aproveitar para perguntar novamente ao Sr. Presidente da Câmara qual o estado do aumento da Zona Industrial. E vou continuar a perguntar-lhe sempre isto. Tenho conhecimento – é público – que há lotes atribuídos que nunca foram utilizados pelos seus proprietários. Acho que é uma situação que tem que ser revista: ou os utilizam ou têm que chegar a acordo com esses mesmos proprietários para que esses lotes passem para quem precisa de investir e para quem precisa de se fixar industrialmente no concelho.”

Interveio, depois, a Sra. Dra. Sónia Martins:

“Em função e aproveitando aquilo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital disse em relação à questão da toxicodependência, como representante da Assembleia Municipal da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e não estando presente a Presidente da Comissão, queria só dizer que essa é uma situação e uma questão que também preocupa a Comissão e que estamos a dinamizar e a realizar várias sessões. Uma delas será relacionada com a toxicodependência e será dirigida a um público-alvo e que são os jovens nessa faixa etária. Quero só dizer que, da parte da Comissão, já estamos a trabalhar nesse sentido. É óbvio que essa situação será transmitida à Sra. Presidente da Comissão de Protecção e à própria Comissão. De certeza que estamos abertos a trabalhar com o Sr. Presidente da Junta de Oliveira do Hospital no combate à toxicodependência, seja ela a que nível for, quer na divulgação, quer noutra tipo de iniciativas.

Queria também falar da ESTGOH. Dirijo-me a vós para falar da ESTGOH e de um



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema que me incomoda particularmente, bem como a toda a comunidade. Muito se falou nesta Assembleia Municipal das instalações onde se encontra a Escola Superior mas a verdade é que, anteriormente, nada foi feito. Como todos devem saber, a ESTGOH visa o desenvolvimento do espírito empresarial da região e promove a igualdade de oportunidades, combatendo o desemprego e a exclusão. A ESTGOH afirma-se como um entidade ao serviços da comunidade, apostando na criação de laços com a sociedade civil, ao mesmo tempo que possibilita, aos seus alunos, a aplicação directa dos conhecimentos adquiridos na sua área de formação, promovendo a integração adequada na vida activa.

Neste momento, a ESTGOH tem quinhentos e cinquenta alunos e penso que, hoje, está próximo dos seiscentos e cinquenta, tal como previu o seu actual Presidente, o Dr. Jorge Almeida, que há bem pouco tempo tomou posse. E isto porque penso que abriram mais quatro cursos de especialização tecnológica. A previsão é que estes quatro cursos iriam abrir em cinco localidades, ou seja, a previsão é que não iriam abrir só em Oliveira do Hospital. Não sei se tal se confirma como uma realidade. Mas, mesmo por mera hipótese que seja, tal situação é prejudicial para o concelho. Senão, vejamos: temos a deslocação de cursos e alunos para outras localidades porque, pura e simplesmente, a ESTGOH não tem onde sentar os seus alunos, não há um auditório, a sala de reuniões é exígua, precisam de casas de banho e de uma biblioteca maior, entre outras.

Sr. Presidente da Câmara: o actual edifício onde está instalada a ESTGOH não tem capacidade de resposta para os novos alunos que pretendem entrar nem condições condignas para os que lá estão. A ESTGOH faz parte do motor de desenvolvimento da região, que passa pela Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior, do qual o Instituto Politécnico é parceiro e fundador. O grande drama da ESTGOH são as suas instalações. É necessária a sua construção de raiz. Questiono o Sr. Presidente da Câmara Municipal para esclarecer esta Assembleia Municipal sobre qual o destino a dar a esta situação. Entendo que, apesar da urgência na resolução deste problema, temos de ser ambiciosos e dar as necessárias infra-estruturas para aquela Escola Superior que devia passar pela construção de um *Campus* com residências universitárias.

Sr. Presidente: a prioridade é desenvolver, dinamizar e dignificar o nosso concelho, com um motor como a ESTGOH para a inovação e o emprego.

Um outro ponto importa referir: por falar em desenvolvimento, foi com agrado que tomei conhecimento que a Pousada de Santa Bárbara, deixada ao abandono desde dois mil e sete, vai voltar a fazer parte do roteiro das unidades turísticas da região. O espaço foi adquirido à ENATUR por um empresário de Seia e vai dinamizar o concelho. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara se pronunciasse sobre esta iniciativa de vitalização do turismo do nosso concelho, já iniciado com a divulgação dos nossos produtos, em especial com o Queijo Serra da Estrela. É com agrado que vejo o meu concelho a caminhar.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez a seguinte intervenção:

“Tenho aqui mais um assunto, que não é uma atribuição da Assembleia, mas que eu gostava de tomar uma posição sobre ele e que é a viatura em que se desloca o Sr. Presidente da Câmara. Nos vários requerimentos que fiz no anterior mandato, quase sempre obtinha por resposta uma frase que era a “gestão criteriosa dos dinheiros públicos”. Naturalmente que me



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

identifico com esse princípio mas também entendo que a dignidade do concelho não se pode sacrificar a uma questão meramente economicista.

O Sr. Presidente da Câmara teve a amabilidade de me convidar para uma reunião das Águas do Zêzere e Côa, que teve lugar em Belmonte. Quando cheguei lá, estavam lá cerca de dez Presidentes de Câmara. E chegou lá também o nosso motorista, num Toyotazinho que qualquer cidadão vulgar aí utiliza e fiquei um pouco a olhar para aquilo na medida em que Oliveira do Hospital é o quarto maior concelho dos que integram as Águas do Zêzere e Côa. Manteigas tem três mil e oitocentos e noventa e cinco eleitores, Belmonte tem seis mil seiscentos e dezoito, Almeida tem oito mil seiscentos e noventa e oito, Celorico da Beira tem oito mil novecentos e quarenta e oito, Gouveia tem quinze mil seiscentos e setenta e seis, Sabugal tem dezasseis mil trezentos e vinte e dois e, a seguir, vem Oliveira do Hospital. O carro mais fraco – digamos assim – que estava lá, destas Câmaras todas, era um três vinte e cinco.

Ponho aqui esta questão: enquanto – em teoria – a primeira figura do concelho, sinto-me um pouco incomodado em ver o nosso concelho, a este nível, representado desta maneira. Portanto, é uma posição que eu tomo aqui. Não temos que nos pronunciar sobre isso. É uma decisão do Sr. Presidente da Câmara, que me pediu para não falar aqui no assunto. De qualquer forma, eu tenho o entendimento que tenho sobre as minhas funções e, como figura representativa do concelho, entendo que devo tomar esta posição. Mesmo sabendo a situação de crise que se atravessa, acho que a dignidade do concelho merece que o Sr. Presidente da Câmara se desloque numa viatura de acordo com as funções que tem e do que é costume em todas as outras Câmaras do País que conheço. Não conheço mais nenhuma Câmara em que alguma vez tenha visto o Sr. Presidente da Câmara – seja ele qual for e de que partido for – deslocar-se numa viatura destas características. Portanto, era uma manifestação que eu queria deixar aqui nesta Assembleia, do incómodo que sinto quando vejo este concelho... Já não vou falar de uma outra situação em que estive, em Coimbra, que estavam lá cerca de cinquenta responsáveis políticos, ao nível do Governo Civil, de Câmaras Municipais daqui da zona centro, onde, de facto, mais uma vez, veio ali essa evidência.

Gostava de deixar aqui a posição do Presidente da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente da Câmara fará o que entender mas queria dizer que me sinto incomodado, enquanto figura representativa do concelho, de ver o nosso concelho, a esse nível, representado desta maneira.”

Em seguida, o Sr. Presidente da Câmara interveio para prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas:

“Cabe-me dar uma saudação muito especial às pessoas que, hoje, entraram aqui a representar ou a substituir outras pessoas. Para nós, é um orgulho esta participação. Esta é a casa do munícipe, a casa do povo, é a casa onde cada um de nós pode dizer o que sente, sem problemas nenhuns, mesmo na divergência de opiniões, num princípio democrático pois é para isso que existem as democracias. É bom ver as pessoas a participar na vida política do concelho e a terem opinião. Como eu disse aqui, na cerimónia do vinte e cinco de Abril, há um grupo de jovens que, na minha opinião, têm talento. Acho que as renovações políticas são importantes e acredito nos jovens do nosso concelho.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Falou-se aqui na Associação Desportiva Nogueirense. Foi aprovado um voto de louvor pelo seu comportamento. Mas gostaria de deixar aqui uma palavra de alento: no Domingo estive presente no jogo do Sampaense. O Sampaense era o clube mais representativo deste concelho, em termos de escalão. Encontrava-se na Primeira Liga de Basquetebol e, por acidente de jogo, desceu no Domingo. Queria deixar aqui uma palavra de alento. Por ter descido, não acaba o mundo. O desporto é mesmo assim. As vitórias e as derrotas têm que se encarar com naturalidade. No Domingo, tive a oportunidade de ver o sofrimento daquela gente, por terem descido, do Treinador Cláudio, com as suas lágrimas nos olhos. Estive lá para lhe dar um abraço de conforto, porque também penso que o Presidente do Município e os outros elementos devem estar juntos com as equipas que ganham mas também devem ter solidariedade com as equipas que descem. Porque o Sampaense fez um trajecto brilhante no basquetebol português, numa dimensão nacional. Eu gostaria, hoje, de lhe deixar uma palavra de alento. O Sampaense também pode contar com o apoio da Câmara Municipal porque tem feito um trabalho excelente em prol do concelho e do nome de Oliveira do Hospital.

E uma palavra para um Director que penso que se vai retirar e que é o Victor Duarte: foi um Homem que se dedicou aquela causa, abraçou aquela causa e, na minha modesta opinião, fez um excelente trabalho. Queria deixar-lhe, aqui, esse reconhecimento.

Passando à política: gostaria de dizer ao Nuno Filipe que o problema da toxicoddependência é um flagelo que nos preocupa no concelho de Oliveira do Hospital. Penso que a intervenção da G.N.R. é importante ao mostrar-se mas não nos resolve o problema. O problema tem que ser resolvido com um conjunto de instituições, trabalhando todos em prol desse objectivo, que é salvar. Eu conheço casos e conheço os casos das famílias e acho que o pior que pode acontecer a uma família é que tenha um filho ou uma filha que passe por esses caminhos. Mas é verdade que, através da CPCJ, que fazem algumas acções, através de um Plano de Desenvolvimento Social e de tudo isso, é possível combatermos este flagelo que nos aflige. O grande problema, muitas vezes, não são os pequenos consumidores. A G.N.R. devia fazer um trabalho excelente apanhando quem vende o produto. É importante apanhar os “tubarões” porque a “raia miúda” nós sabemos o que é que acontece. As escolas devem ter um papel preventivo e pedagógico. Nós temos que ajudar os jovens que seguem esses caminhos a recuperarem. E a Câmara Municipal está disponível para, com os diferentes parceiros, sermos capazes de ajudar Oliveira do Hospital a ter menos jovens nestes caminhos.

Sobre o excesso de operações STOP, eu percebo os desafios dos comerciantes e, às vezes, dos nossos jovens. Mas tenho uma ideia clara sobre isso: não é preciso muito para ultrapassar os zero quarenta e nove mas os nossos jovens, muitas vezes, quando vêm da discoteca, acabam por morrer na estrada e, muitas vezes, por determinados excessos. E estas operações STOP, se evitarem a morte de alguns dos nossos jovens, concordo com elas, mesmo que, às vezes, possam trazer algum prejuízo para o concelho. Mas, mais importante do que isso, é a vida destes nossos jovens. E nós sabemos que a noite em que morre mais gente é de sábado para Domingo. Também direi que aquilo que é excesso, é mau. Eu também não concordo com a “caça à multa” mas isso é uma coisa diferente. As operações STOP, se prevenirem estas mortes, eu não me importo que acabem por se realizar.

Quanto à intervenção do Sr. Eng^o Rafael Sousa Costa, queria clarificar que a Dra. Luísa Vales e o João Esteves ficaram em fazer uma reunião comigo e com os meus serviços,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para percebermos o que é que seria suficiente. Porque não penso voltar ao modelo que anteriormente se fazia. Mandava-se tudo. Mandava-se um conjunto de papéis que ninguém lia ou que poucos liam, porque era impossível. Mas também concordo que, se calhar, a informação que vai é insuficiente. Depois de estarmos de acordo, penso que vamos enviar a informação que se considere satisfatória. Mas, todos os deputados que queiram consultar tudo e que tenham esse tempo e essa oportunidade, estejam absolutamente à vontade. Porque aqui, na Câmara, pode-se consultar absolutamente tudo. Mas também penso que, jovem como é, percebe esta minha posição em relação aos problemas do ambiente e aos problemas de maços de papéis que a maior parte não lia. Porque era difícil ler. Eu próprio não os lia todos. Como eu disse, admito perfeitamente que esta seja uma súmula demasiado pequena. Admito isso. Por isso, prometo rectificar para a próxima. Não houve razão para esconder nada, não tenho que esconder nada, nunca esconderem aqui absolutamente nada. Como eu disse, desafio as pessoas a estarem à vontade e a participarem naquilo que quiserem. Como nos projectos de obras: eu tenho um Vereador que, de vez em quando, vai ver uns projectos. Até me dá uma ajuda. Até disse isso ao Sr. Vereador, numa sessão de Câmara. Disse-lhe que, se encontrar alguma coisa que não esteja bem, até me dá uma ajuda. Devido à minha inexperiência nas obras – que admito – eu faço deferimentos por uma razão simples: baseado em pareceres técnicos. E, quando há dúvidas, solicitamos um parecer jurídico.

Quanto ao envio da documentação, nós andamos sempre “afogados” para cumprir aqueles dias que estão no regulamento. Cumprimos o regulamento e, às vezes, cumprimos a entrega dos papéis a “queimar” os prazos. Aconteceu e acontece. Aconteceu, concerteza, às outras pessoas que passaram por cá e acontece-nos a nós. Não é por uma questão de não querermos dar os papéis com mais tempo, para os Deputados os estudarem. Pelo contrário, é importante que os Srs. Deputados tenham as informações com tempo para se prepararem. E eu desafio os meus serviços a termos mais tempo a organizarmos os papéis. Não veja com intenção porque nós estamos a tentar cumprir – que é a nossa obrigação – e às vezes vão mais tarde. Também aconteceu no passado.

Quanto à Praça dos Combatentes e sobre o Jardim, eu reafirmo as suas palavras: aquele trabalho que lá está envergonha a Câmara Municipal, envergonha o empreiteiro que fez a obra e envergonha-me também a mim, como Presidente da Câmara. Mas vou contar-lhe uma história: eu chamei o empreiteiro e ele achava que era defeito do projecto. Andámos aqui num “jogo de empurra”, com reuniões com os técnicos da Câmara que acompanharam a obra e com o empreiteiro. E eu a querer resolver isto. Se o empreiteiro tivesse razão e fosse uma deficiência técnica do projecto, teríamos que enquadrar isto de outra forma. Mas, há tempo, resolvi isto de uma maneira simples: dei indicações aos engenheiros que fossem à procura de firmas que fizessem este trabalho e vissem se as firmas garantiam que faziam o trabalho com o projecto como está feito. Eles pediram o parecer de duas firmas e uma delas disse que até já fizeram um parque de estacionamento daquele tipo, os carros estão por cima e o pavimento está em bom estado. E, quando me entregaram os relatórios dessas duas reuniões, fiz uma reunião com o empreiteiro e disse-lhe que não havia mais desculpas nem mais discussões porque tinha o nome de duas firmas que poderia consultar para lhe fazerem o trabalho. Pedi-lhe que assinasse em como tomava conhecimento e em como a Câmara Municipal lhe dava o prazo de trinta de Maio para fazer os trabalhos, senão accionava a garantia bancária. E digo que não aposto em remendos porque aquilo não se resolve com remendos. Eu espero que até



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao dia trinta de Maio a solução esteja concretizada, até porque agora o empreiteiro não pode dizer que a causa é o projecto. O piso tem que ser todo levantado e compactado como deve ser. O que me dizem é que o trabalho foi mal feito.

A Alice Lameiras disse que os recibos ainda não chegaram. Também é tentativa deste Executivo modernizar os serviços. Fizemos uma reunião com os CTT porque não sei se é legal cobrarmos dinheiro às pessoas e, depois, mandarmos as facturas para casa, sobretudo aqueles que são por transferência bancária. Não tenho dúvidas que temos que agilizar isto. Temos que mandar primeiro a factura para todas as pessoas e, depois, é que pagam. Assim, podem reclamar antes de pagar. Estamos também a negociar com a SIBS por causa do multibanco, para que qualquer pessoa possa pagar onde quer, tal como paga as facturas de outros serviços essenciais. Não se percebe que, neste tempo, estejamos assim. Mas garanto que vamos modificar isso.

Sobre o furo artesiano, vou ser sincero: o que tem lógica é que o furo seja encerrado. Vou responder-lhe com a maior sinceridade: não sei se está fechado ou se não está fechado. Vou informar-me e, depois, darei a resposta à Junta de Freguesia.

No que respeita à pressão da água, as Águas do Zêzere e Côa colocou um aparelho que a aumenta na saída. Daí a melhoria sentida em Vila Franca da Beira.

Ainda sobre a água, quero informar-vos que hoje estamos com um pequeno problema em Lagares porque uma análise, numa componente, teve um valor relativamente mais baixo. E nós acabámos de entregar ao Sr. Presidente da Junta uns editais para informação das pessoas. Também entrámos logo em contacto com as Águas do Zêzere e Côa.

Sobre a instalação da estrada velha e a degradação dos caminhos florestais, quero dizer-lhe que, com este Inverno, não há caminho florestal que tenha resistido, como percebe. Mas também é verdade que o concelho é muito grande e que não conseguimos chegar a todos os caminhos florestais. Quem tem feito esse planeamento tem sido o Eng^o José Carlos, do Gabinete Florestal, em conjunto comigo, conforme os pedidos efectuados.

A sugestão de ocupação das férias para os miúdos mais novos, nós vamos analisar isso e poderemos fazer uma parceria ou um protocolo com a Junta de Freguesia.

O Sr. Raúl Dinis falou sobre o vinte e cinco de Abril e falou sobre os subsídios às Juntas de Freguesia. Sobre isto: eu ainda não levei à reunião da Câmara esta verba da distribuição dos quinhentos mil euros. Vou levá-la na próxima reunião. Acredito que os Srs. Vereadores votarão a favor porque perceberão que aquilo que o Executivo em permanência quer é dar mais competências e mais dinheiro aos Presidentes das Juntas. Eu tive uma reunião, aqui, com os Srs. Presidentes das Juntas e foram-lhes colocadas três propostas diferentes de distribuição e foram eles que escolheram uma delas. E tenho que dizer que, pessoalmente, não era defensor da proposta que ganhou. Mas também houve alguns Presidentes das Juntas que se enganaram a votar e que, assim, perderam algum dinheiro. Na ocasião, eu disse-lhes que a Câmara Municipal iria distribuir os quinhentos mil euros para que as Juntas não ficassem tão dependentes da vontade do Presidente da Câmara. Não é que quinhentos mil euros seja muito dinheiro, porque não é. Ainda não é uma verba que eu considere significativa para dar alguma liberdade e para dependerem menos do Presidente da Câmara. É uma intenção clara, da minha



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte, que os Srs. Presidentes das Juntas dependam menos da Câmara. Eu nunca quis ser Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal. Não foi que não me convidassem, até forças políticas diferentes. Mas por uma razão simples: porque tive sempre medo desta dependência. E aquilo que não gosto para mim, também não gosto para os outros. Estas verbas ainda não são suficientes. Nas há outras verbas, que irão a reunião de Câmara, porque há outras obras e outras coisas para construirmos em conjunto. Mas foi um primeiro sinal deste Executivo que queremos que as coisas sejam diferentes.

Sobre a erradicação das lixeiras a céu aberto, eu posso alertar a fiscalização para ser mais dura e até aplicarmos coimas “a doer”, porque os problemas do ambiente preocupam-me. Até devemos estudar outra situação que o Dr. Paulo Rocha já falou numa reunião: vermos a possibilidade de, em cada freguesia, existir um sítio onde se pudesse descarregar algum tipo de lixo e, depois, o recolhêssemos. Talvez assim não houvesse tanta prevaricação, ao mesmo tempo que sabíamos que tínhamos ali um sítio demarcado. É uma ideia interessante e que podemos utilizar a título experimental. Vila Franca até já faz isso, num local perto do cemitério.

Quanto aos esgotos na Rua vinte e um de Junho, é um sítio com muita rocha. E, além disso, também acontecem umas coisas que, quer para mim, quer para o cidadão comum, é difícil perceber: estivemos imenso tempo à espera que a P.S.P. emitisse uma licença para aquisição de explosivos e o pessoal não esteve lá a trabalhar, com os incómodos que isso acarretou. Eu penso que, realmente, as pessoas que vivem naquela rua têm sido muito incomodadas e eu espero que, brevemente, este assunto seja resolvido.

Sobre a estrada de Lagares à Ribeirinha, para mim é uma preocupação. Mas digo que está nos meus planos lançar aquela obra durante este meu mandato mas há alguns condicionantes financeiros. Considerei prioritária a estrada da Lajeosa. Neste momento, decorre o concurso de uma primeira fase da estrada da Lajeosa, porque não se pode mexer na estrada sem se mexer nos esgotos. Tem havido algumas reuniões proveitosas com os engenheiros das Águas do Zêzere e Côa. Tudo o que sejam problemas de saneamento, de esgotos, considero-os prioritários. Os caminhos são importantes, o alcatroamento de alguns caminhos são importantes. Mas a visão que eu tenho é que o concelho não pode ter qualidade enquanto não resolvermos um conjunto de problemas ao nível do saneamento. E eu tenho alertado os Srs. Presidentes das Juntas para esta posição.

Quanto à Acibeira, primeiro, a Câmara Municipal tem que a comprar. Se o Executivo estiver de acordo, acho que a devemos comprar. Aquilo está nas mãos da Caixa de Crédito Agrícola Central, de Lisboa. Como tenho algumas relações privilegiadas com o Presidente do Conselho de Administração e com o Vice-Presidente, que é daqui de Seia, eu acredito que, depois do aval dos Srs. Vereadores, façamos um bom negócio porque eles nunca mais recebem o dinheiro que lhe devem e que penso que é de cerca de quatrocentos mil euros. E eu gostaria de comprar aquilo muito mais barato.

Agora, pretendia dizer ao Sr. Luciano que não tenho dúvidas que todas as pessoas que estão nesta sala e os Srs. Vereadores querem o bem do concelho. Às vezes, o que acontece é que eu tenho alguma inexperiência autárquica. Mas eu penso que, de certa forma, as forças políticas têm colaborado, têm dado sugestões e tenho visto que as pessoas querem o bem do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelho. E quando faço alguma asneira, também tenho a humildade de reconhecer esse erro. Já fiz algumas, durante este percurso. O nosso concelho atravessa uma fase difícil e eu acredito que os Srs. Vereadores também querem o bem do concelho.

Sobre aquela jovem, ela está a ser acompanhada pelo nosso Gabinete de Acção Social, estamos a elaborar um plano de inserção profissional mas, como é um caso particular, eu não gostaria de falar dele aqui.

No que respeita à intervenção do Eng^o José Vasco, eu gostaria de fazer aqui um desafio a todas as pessoas e aos líderes das forças políticas da Assembleia Municipal no sentido de unirmo-nos numa discussão prévia sobre a consulta pública do impacto ambiental dos IC's. Fazermos uma reunião e tomarmos partido, em conjunto. Porque cada cidadão pode participar nesta discussão pública. E devemos defender convictamente o que achamos que é melhor para o concelho de Oliveira do Hospital. Ainda só vi aquilo muito por cima porque, em termos informáticos, a consulta é muito lenta e burocrática. Ainda não estudei o assunto em profundidade mas, daquilo que vi, concordo em alguns pontos com o Eng^o José Vasco.

Sobre o aumento da Zona Industrial, queria dizer que temos alguns interessados em instalarem-se lá. Neste momento, decorre um processo altamente burocrático que temos estado a trabalhar na Comissão de Coordenação da Região Centro. Não sei o que é que o processo tem que é de uma lentidão exasperante. Espero que seja o mais rapidamente possível porque era importante não perdermos alguns interessados. Temos participado em reuniões na tentativa de agilizar o processo.

Para terem uma ideia sobre a burocracia: o cemitério de Aldeia Formosa está esgotado. E está em Reserva Ecológica. Marcámos uma reunião em Coimbra, na CCDRC, por causa desta questão. E eu pensei que chegava lá e que era de fácil resolução. Mas vim de lá completamente baralhado por uma razão: disseram-me que talvez daqui a um ano o processo esteja pronto para podemos ampliar o cemitério. E eu vou ser-lhe muito sincero: há tempos fiz uma reunião em Aldeia Formosa e eu disse que acho que temos de fazer a obra antes de vir o parecer da CCDRC. Acho que temos de fazer a obra antes disso porque é um caso grave. E, se me quiserem destituir de Presidente da Câmara por ter feito aquela obra, por causa de um processo burocrático, ponham-me lá fora que também não se perde grande coisa e não há problema. Não é que eu goste de ultrapassar as leis, o que eu vejo em algumas coisas é um conjunto de burocracias brutais que atrapalham o concelho e que não o deixam desenvolver. E não é da parte da Câmara mas dos organismos oficiais. E eu, sinceramente, não estou disponível para isso.

Sobre os lotes da Zona Industrial, que foram vendidos em propriedade plena, para tentarmos a reversão teremos que ir através da via judicial. Mas, com o que não concordo é com o facto de ter havido pessoas que compraram lotes na Zona Industrial para fazerem negócio, não foi para desenvolverem Oliveira do Hospital. Foi para fazerem negócio e venderem esses lotes.

Dra. Sónia Martins: sobre a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, tenho a ideia clara que Oliveira do Hospital não pode perder a Escola, que é um pólo de desenvolvimento. Mas, o que é verdade, é que o projecto da Escola que fizeram para Lagares da Beira era um projecto para dois mil alunos. Esta Escola nunca terá dois mil alunos. Tem actualmente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seiscentos e tal alunos e, com estes cursos, poderá aumentar alguma coisa. Na minha opinião, a Escola tem que ser dimensionada para mil alunos. Isto é algo novo. Estamos à espera da marcação de uma reunião com o Secretário de Estado do Ensino Superior para se clarificarem algumas coisas porque o concelho de Oliveira do Hospital tem que pensar que não pode perder esta Escola. Na minha opinião, acho que, se não houver mais ninguém, a própria Câmara devia assumir parte da Escola, num protocolo, numa parceira público-privada. Isto é possível. Acontece em outras zonas do País. E como é que isto se faz? A privada, que investe algum dinheiro, recebe uma renda anual sobre as instalações. Como Presidente deste Município, tenho que me bater o máximo por uma Escola que esteja na devida dimensão.

E vou acrescentar o seguinte: esta semana saiu um programa chamado “Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação – Regeneração Urbana”, que tem candidaturas entre duas cidades até ao dia quatro de Junho. E eu telefonei a um Vereador da Câmara de Seia para lhe falar destas candidaturas que, na altura, ele ainda desconhecia. Só que o Sr. Vereador, quando veio cá nesse dia para ter uma reunião comigo e com o Sr. Vice-Presidente, trouxe uma notícia horrível: é que as cidades tinham que estar no Plano Nacional de Ordenamento do Território, que foi aprovado anteriormente. Ainda hoje houve uma reunião sobre o PROT-Centro, que vai ser um documento orientador. E acrescento que Oliveira do Hospital não se pode candidatar a este programa porque Oliveira do Hospital não consta das cidades que estão lá contempladas. No entanto, no PROT-Centro, Oliveira do Hospital vai ficar lá ao nível dessas cidades. Mas, no PNOT não está lá Oliveira do Hospital. Eu não sei de quem foi a culpa mas garanto uma coisa: culpa minha é que não foi. Garanto que, no PROT-Centro, Oliveira do Hospital vai estar lá com essas cidades todas.”

Terminadas as informações e os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Indo de encontro à resposta da Sra. Dra. Sónia Martins, em relação ao que eu tinha falado sobre a toxicodependência, eu próprio reconheço todo o trabalho que está a ser feito a esse nível. Mas nunca é demais continuar a alertar para a situação e para a sua gravidade.

Também queria valorizar o projecto AGIR, que teve a duração de quatro anos e que amanhã termina. Foi liderado pela Dra. Ana Cristina Camacho e deve ser reconhecido todo o trabalho que foi feito ao longo destes quatro anos em prol dos jovens mais carenciados e problemáticos. Pessoalmente, quero dar os parabéns ao projecto que amanhã finda.

Em relação à Praça dos Combatentes, quero dizer que a nós, como munícipes, não nos interessa quem fez a obra e quem a executou. Neste momento, interessa-nos resolver o problema que está lá. A Câmara teve um compromisso com o empreiteiro. Cumpriu com esse compromisso e, neste momento, o empreiteiro está a falhar com a Câmara em relação a isso. Como tal, o problema que se depara na Praça dos Combatentes – que eu próprio penso que já devia ter sido, pelo menos, minorizado há muito tempo – devia ser salvaguardado, acima de tudo por questões de segurança. No mínimo, aqueles buracos maiores deviam estar sinalizados porque os dois acidentes que o Eng^o Rafael falou podem multiplicar-se por vários ao longo dos meses.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

actividade e da situação financeira do Município – tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que deu algumas informações adicionais relativamente à actividade municipal constante da informação enviada previamente aos membros da Assembleia Municipal, concretamente no que diz respeito às reuniões e eventos realizados.

Entrando-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2010 que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanhou a proposta de Orçamento.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para prestar o seguinte esclarecimento:

“Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, os mapas de pessoal são aprovados mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal.

O Mapa de Pessoal do Município de Oliveira do Hospital foi aprovado conjuntamente com a proposta de Orçamento pela Assembleia Municipal em sessão de 19 de Dezembro de 2009;

O executivo em permanência pretende fazer uma gestão rigorosa dos recursos humanos ao serviço do município, tendo desencadeado já diversas medidas de que se destacam:

- Aproveitamento de recursos humanos existentes para desempenho de novas áreas de actividade da Câmara: foi ministrada formação específica a uma técnica superior socióloga colocada na Biblioteca /Ludoteca de Lagares da Beira no sentido de passar a prestar serviço no recentemente instalado Gabinete de Inserção Profissional, procedendo-se consequentemente à anulação do procedimento concursal para um técnico superior psicólogo aberto pelo anterior executivo;

- Avaliação da necessidade de novos recrutamentos de recursos humanos para os serviços externos e reajustamento das equipas de trabalho que conduziu à anulação do procedimento concursal para quatro assistentes operacionais (na área de auxiliar de serviços gerais) também aberto pelo anterior executivo;

- Não abertura de qualquer procedimento concursal desde o início do presente mandato, a não ser aqueles cuja abertura é legalmente obrigatória (artº. 14º. do DL nº. 59/2008 – contratos a termo até seis anos);

- Elaboração, em curso, de proposta de reorganização dos serviços municipais.

- Aproveitamento, para exercício de funções nos diversos serviços, de pessoal desempregado colocado na autarquia através do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Em paralelo e considerando que:

- o mapa de pessoal do município conta actualmente com mais de sessenta trabalhadores contratados a termo certo (excluindo, pela sua especificidade, os professores das



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Actividades de Enriquecimento Curricular) assegurando muitos deles necessidades permanentes dos serviços, sendo obrigatória a abertura de procedimento concursal por tempo indeterminado nos casos em que tais contratos atingem seis anos de duração;

- nas restantes situações de contratações a termo a situação sócio-económica que se vive no país e no município não aconselha à não renovação de tais contratos ou à não abertura de procedimentos concursais por tempo indeterminado quando se considere necessário ocupar tais lugares;

Proponho a previsão dos seguintes postos de trabalho no mapa de pessoal do município, correspondentes, na sua quase totalidade, a lugares já ocupados, ainda que através de contratos a termo certo conforme seguidamente se explana, modificações que carecem de aprovação pela Assembleia Municipal”.

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2010 que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanhou a proposta de Orçamento, tendo sido aprovada por maioria, com catorze abstenções.

Depois, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2009.

Sobre estes pontos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu:

“O actual Executivo tomou posse no dia 2 de Novembro de 2009, não sendo responsável pela parte substancial da execução orçamental do exercício relativo ao ano da Prestação de Contas.

A actividade financeira do Município é substancialmente dependente da sua participação financeira no Orçamento de Estado e, numa expressão muito reduzida, das receitas próprias em impostos e taxas.

O Concelho de Oliveira do Hospital apresenta uma elevadíssima taxa de desemprego, de cerca do dobro da média nacional.

Foi efectivada a instalação do GIP – Gabinete de Inserção Profissional, proporcionando-lhe instalações e condições técnicas e humanas de funcionamento e tendo em conta a preocupação em satisfazer algumas necessidades ocasionais de recursos humanos por parte das freguesias e da própria Câmara Municipal, foram integradas diversas pessoas em programas de ocupação

Não foi ainda em 2009 que se conseguiram vislumbrar novas expectativas favoráveis em relação às novas instalações para a ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital e à concretização dos IC6/IC7 e IC37.

Estes investimentos estruturantes são sobretudo um factor de união entre os diversos agentes políticos, económicos, sociais, culturais e quaisquer outros, pelo que a Câmara Municipal tudo fará para que o bom exemplo dado na Assembleia Municipal em relação à Moção de Reivindicação pela Construção dos IC6/IC7 e IC37 se alargue neste e noutros



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temas determinantes para o futuro e para o desenvolvimento integrado e sustentado do Concelho de Oliveira do Hospital.

Os projectos de maior expressão financeira foram objecto de candidatura a fundos comunitários através do QREN, sendo que alguns deles se encontram incluídos no pacote da Contratualização no âmbito da CIMPIN.

Havia em 31 de Dezembro cerca de 2 milhões e 600 mil euros de fundos comunitários em saldo a favor do Município de Oliveira do Hospital.

a taxa de execução global do PPI foi de 47,85%.

O Objectivo “Comunicações e Transportes” representa cerca de 41% do total do PPI e a “Habitação e Urbanização” cerca de 33%, pelo que ambos acumularam quase $\frac{3}{4}$ do valor total dos investimentos realizados.

As requalificações urbanísticas levadas a efeito na Cidade corresponderam a um investimento de quase 2 milhões de euros.

No caso das receitas a taxa de execução foi de 64,58%, o que é um resultado bastante superior às taxas de execução verificadas nos últimos anos.

Relativamente às despesas a sua taxa foi de 62,26%, também ela um pouco superior aos dados relativos aos dois últimos anos anteriores a 2009.

Cumpriu-se também em 2009 a tendência de muitos anos em que se verifica a afectação de uma boa parte das receitas correntes em despesas de capital, privilegiando assim a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas.

Tal como em 2008, também em 2009 se verificou um aumento da participação municipal no Orçamento do Estado em 5% (FEF), sendo justificável a sua abordagem neste contexto, em virtude de ser aqui relevante o facto das despesas com pessoal não terem acompanhado proporcionalmente aquele aumento, na medida em que o seu crescimento face ao ano anterior foi de apenas 1,15%, bastante inferior aos aumentos que se haviam registado em 2007, de 8,75% e em 2006, de 9,57%.

Tem-se naturalmente verificado uma relação constante entre receitas relacionadas com transferências de capital e as despesas com investimentos, sendo que em 2009, estas despesas ascenderam a 1,45 vezes o montante relativo àquelas transferências.

A situação financeira da Autarquia nos anos anteriores a 2008 evidenciava uma diminuição da dívida de médio/longo prazo, ao mesmo tempo que a dívida de curto prazo sofria uma progressão, mas no final do ano de 2009 é visível uma estabilização da dívida a curto prazo face aos dois anos anteriores e é substancial o aumento da dívida de médio/longo prazo decorrente da contratação do referido empréstimo de 5.000.000 €.”

Depois das informações adicionais prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Considerando que os documentos de prestação de contas, agora em apreciação, se referem ao ano de 2009, marcado pela existência de três actos eleitorais, que, em regra,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

surtem em clara influência na actividade das autarquias locais e outros órgãos de decisão política, cumpre, em nossa opinião, salientar alguns factos reveladores de uma forma de estar a esse nível do executivo em funções do PSD, que foi responsável por 10 ou 12 meses de administração da Câmara Municipal.

São relevantes os seguintes factos:

O claro controlo dos custos com o pessoal

Os níveis de execução orçamental, acima dos 60%, quer em termos de receitas, quer em termos de despesa.

O grau de execução das grandes opções do plano, em aproximadamente 50%

A estrutura do endividamento, que permanece adequada aos interesses de desenvolvimento das actividade autárquica, salientando-se que o montante existente em disponibilidade a 31 de Dezembro seria, só por si, suficiente para a liquidação, na totalidade da dívida de curto prazo.

Sempre foi nossa preocupação, no passado, que as opções de qualquer executivo se devem pautar pela resolução dos problemas prioritários das populações do concelho, em função das condições existentes para o efeito, proporcionando dessa forma, melhoria dos níveis de qualidade de vida, tendo sempre em linha de conta uma adequada e rigorosa gestão dos recursos financeiros, sempre escassos face às inúmeras solicitações.

Os eleitos pelo Partido Social-Democrata na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital irão votar favoravelmente os documentos de prestação de contas do ano de 2009, bem como a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Folques pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A minha intervenção caracteriza-se por duas áreas.

Uma tem a ver comigo: é uma análise de carácter técnico e tem a ver com a aprovação das contas. É um “grito” que vou fazer, que não tem nada a ver com a actual Câmara, mas é um “grito” nacional. Não se compreende que ainda hoje, nas Câmaras e em muitos órgãos políticos, as contas venham a estes órgãos para ser aprovadas e não venham acompanhadas de um parecer de uma entidade exterior, de carácter técnico. Nas empresas é normal terem uma figura, que é muito conhecida e que são os revisores de conta. É que muitos de nós não somos técnicos nesta área. Portanto, aprovamos estas Contas “com os olhos fechados”. Falta-nos aqui, muitas vezes, esse parecer de órgãos técnicos, suportados, normalmente, com revisores de contas. Porque é que eu falo nisso? Porque essas pessoas têm equipas de auditores especializados que beneficiam estes relatórios. Beneficiam as pessoas que trabalham aqui na Câmara. Não estou a fazer nenhuma crítica aos funcionários da Câmara nem às pessoas que trabalham nisto. Estou a dizer que essas pessoas trazem um aporte de técnicos que ajudam os próprios funcionários da Câmara na elaboração. Ajudam as Câmaras Municipais nas tomadas de decisões porque, normalmente, trazem aportes de direito e técnicos que permitem que as próprias Câmaras, nas tomadas de decisões, estejam muito mais seguras das suas tomadas de decisões. Muitas vezes, essas equipas técnicas ajudam essas entidades na resolução de determinados problemas e na busca do resultado melhor, do ponto de vista legal e técnico.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Da segunda parte, queria fazer um breve comentário do ponto de vista político: felizmente que notamos que os investimentos foram superiores às despesas correntes. Isso é sempre de louvar nestas “casas”. Que o dinheiro não se perca nas despesas correntes e vá faltar naquilo que é importante para o concelho e que é o investimento.

Mas também quero chamar a atenção para que não se procure fazer investimentos suportados exclusivamente em capital alheio que, mais tarde ou mais cedo, vamos ter que o pagar e vamos ter que o pagar acrescido de juros.”

Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, a Mesa colocou à votação os documentos de prestação de contas do ano 2009, tendo sido aprovados por maioria, com sete abstenções.

Seguidamente, entrou-se no Ponto IV da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2009.

Não havendo intervenções sobre esta matéria, foi a mesma proposta colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com sete abstenções.

Depois, entrando-se no Ponto V da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para o Regulamento Geral de Taxas Municipais, Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Tabela de Taxas do Município de Oliveira do Hospital – foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar algumas informações:

“Sobre isto eu gostaria de dizer que há uma lei que foi publicada em vinte e oito de Dezembro de dois mil e seis e que era para entrar em vigor no dia um de Janeiro de dois mil e sete.

O Executivo anterior adjudicou, em dois mil e oito, a uma empresa que presta serviços ao nível de uma sociedade de advogados e com a qual a Câmara Municipal tem uma avença, a realização deste trabalho.

Queria dizer que o Município de Seia aprovou e preparou as tabelas e as taxas do mandato no Executivo anterior. Na minha opinião, parece-me que estas diferenças não têm a ver com os Executivos mas têm a ver, sobretudo, com a opção por quem realizou o trabalho e com as escolhas que foram feitas. Esta empresa que fez o trabalho em Seia está, agora, a realizar-nos um trabalho sobre o SIADAP.

Quando tomámos posse, deparámo-nos com este problema, até porque o prazo previsto terminava em trinta e um de Dezembro de dois mil e nove. Entretanto, derivado da complexidade da lei, o Governo também foi dilatando os prazos. Aquilo que era para entrar em vigor no dia um de Janeiro de dois mil e sete, passou para trinta e um de Dezembro de dois mil e nove.

Entretanto, o Governo publicou um diploma dilatando o prazo até trinta de Abril de dois mil e dez e para entrar em vigor a partir de um de Maio. Também foi por essa razão que tivemos que realizar a Assembleia hoje. Era importante dizer que a proposta que foi enviada



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos Srs. Deputados foi aquela que foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia dois de Março de dois mil e dez.

Seguidamente, foi posta em discussão pública durante trinta dias úteis após a sua publicação no Diário da República, acabando este prazo no dia vinte e oito de Abril.

Como não houve contributos durante a discussão pública, voltou à reunião da Câmara realizada no dia vinte e nove de Abril, tendo sido aprovada por maioria, com propostas de alteração por parte dos Vereadores do movimento Oliveira do Hospital Sempre. Não queria deixar de agradecer aqui o contributo do Prof. José Carlos Mendes e da Prof^a Telma Martinho porque a proposta deles foi diferente. Foi negociada na Câmara derivada aos *timings* dos prazos. O PSD fez abstenção de voto mas ficou o compromisso que a tabela seria trabalhada por uma equipa, à tarde, o que veio a acontecer.

Por essa razão, a proposta que vos foi hoje aqui entregue é substancialmente diferente na forma mas, no final, a coluna dos custos para os municípios encontra-se precisamente igual aquela que foi enviada.

Esta nossa proposta assenta nos seguintes princípios: reorganizar o regulamento geral das taxas municipais, o regulamento municipal de urbanização e edificação e a tabela de taxas do município, de acordo com a lei.

Reconhecer que o aumento de taxas não pode ser mais um factor de agravamento das condições económicas da população do nosso concelho.

Esta lei pressupunha um aumento das taxas. Apesar da mudança da estrutura, os valores relativos a cada acto não podem ser, na minha opinião, substancialmente diferentes daqueles que, actualmente, estão em vigor.

Nesta tabela e para que os custos fossem idênticos, foi aplicado aquilo que se chama o custo social. Apesar do custo real da prestação do serviço ser superior ao que está na tabela, o valor a pagar pelos municípios é inferior, por aplicação deste curso social, custo esse que é suportado pela Câmara.

E essa foi a diferença em relação à proposta: apenas a construção da mesma.

Era este o esclarecimento que eu queria prestar. A tabela tem isso em conta e tem em conta a crise do nosso concelho.”

Seguidamente, o Sr. Rui Abrantes pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Considerando que fomos confrontados hoje – de salientar e sublinhar que foi hoje – sem que para o efeito tenha sido cumprido o prazo mínimo legal previsto e definido na Lei nº 5-A/2002, de quarenta e oito horas para a recepção dos documentos com vista à análise, apreciação e votação em sessões da Assembleia Municipal, com as versões alegadamente finais dos documentos remetidos anteriormente e que se encontravam em fase de audição pública, que denotam alterações face aos primeiros, tornando-se impossível proceder a uma cabal análise dada a complexidade dos conteúdos dos projectos dos regulamentos e da tabela de taxas em apreço e a sua importância para o quotidiano dos oliveirenses, os eleitos do PSD irão abster-se na votação destes documentos, reconhecendo que a sua eventual posição de não aprovação poderia colocar em causa o superior interesse do Município, em virtude de poder



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

incorrer numa situação de falta de suporte legal para a cobrança e arrecadação dessas receitas, a partir do primeiro dia útil do mês de Maio, com todas as consequências daí decorrentes.”

Não havendo mais intervenções, a Mesa colocou à votação a proposta da Câmara Municipal para o Regulamento Geral de Taxas Municipais, Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Tabela de Taxas do Município de Oliveira do Hospital, tendo sido aprovada por maioria, com dezasseis abstenções.

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte e três horas e cinquenta minutos, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____